

# LINEA AMARILLA BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - (LAMBRA)

CNPJ: 11.395.604/0001-09

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
<b>Ativo</b>					<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa					Fornecedores	2	-	9.247	5.114
(Nota 4)	-	138	24.816	14.879	Salários, provisões e contribuições sociais	-	-	21.557	353
Aplicação financeira (Nota 4)	505	-	427.544	-	Impostos a recolher	-	-	-	1.859
Créditos a receber	-	-	4.808	462	Concessões de serviços públicos (Nota 9)	-	-	173.842	96.707
Impostos a recuperar (Nota 5a)	5	6	27.962	19.201	Parte relacionada (Nota 10)	32	1.136	19.479	23.567
Terenos adquiridos (Nota 6)	-	-	3.059	2.926	Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	6.463	-	6.463	-
Outros	-	-	1.606	2.206	Terenos Adquiridos (Nota 6)	-	-	3.059	2.926
	510	144	489.795	39.674		6.497	1.136	233.647	130.526
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Aplicação financeira (Nota 4)	-	-	-	219.422	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	-	-	940.590	570.190
Impostos a recuperar (Nota 5a)	-	-	-	5.020	Parte relacionada (Nota 10)	-	-	1.688	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5b)	-	-	2.592	7.757	<b>Total do passivo</b>	6.497	1.136	1.175.925	700.716
Investimentos (Nota 7)	393.818	249.216	-	-	<b>Patrimônio líquido</b> (Nota 12)				
Imobilizado	-	-	16.961	7.450	Capital social	301.421	213.841	301.421	213.841
Intangível (Nota 8)	-	-	1.054.408	669.617	Reserva de lucros	20.750	-	20.750	-
	393.818	249.216	1.073.961	909.266	Prejuízo acumulado	-	(12.220)	-	(12.220)
<b>Total do ativo</b>	394.328	249.360	1.563.756	948.940	Ajustes acumulados de conversão	65.660	46.603	65.660	46.603
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	387.831	248.224	387.831	248.224
					<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	394.328	249.360	1.563.756	948.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de Retenção de lucros	Prejuízo acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Participação dos não controladores	Total consolidado
	Subscrito e integralizado	A Integralizar					
Em 31 de dezembro de 2011	109.970	(475)	-	(5.767)	20.734	124.462	165.947
Aumento de capital social	103.871	475	-	-	-	104.346	104.346
Alteração controle acionário participação	-	-	-	-	-	(41.485)	(41.485)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.453)	-	-	(6.453)
Varição cambial investimento no exterior	-	-	-	-	25.869	25.869	25.869
Em 31 de dezembro de 2012	213.841	-	-	(12.220)	46.603	248.224	248.224
Aumento de capital social	87.580	-	-	-	-	87.580	87.580
Lucro líquido do exercício	-	-	-	39.433	-	39.433	39.433
Constituição de reservas	-	-	1.361	19.389	(20.750)	-	-
Dividendos	-	-	-	(6.463)	-	-	(6.463)
Varição cambial investimento no exterior	-	-	-	-	19.057	19.057	19.057
Em 31 de dezembro de 2013	301.421	-	1.361	19.389	65.660	387.831	387.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais:** A Linea Amarilla Brasil Participações S.A. ("Companhia"), cuja sede está localizada na Av. Angélica, 2330/2346/2364, 9º andar, sala 908, Consolação, São Paulo/SP, foi constituída em 26 de novembro de 2009 sob a forma de "sociedade anônima" e denominada I.R.F.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. tendo sua denominação social sido alterada para Linea Amarilla Brasil Participações S.A. em 25 de março de 2010. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas a concessões, permissões, autorizações ou qualquer outra forma de exploração comercial de serviços rodoviários, permitidos pela regulamentação local na República do Peru. Em 25 de novembro de 2010 a Companhia adquiriu o controle da Linea Amarilla S.A.C., uma sociedade com sede no Peru. A Linea Amarilla S.A.C. era anteriormente controlada pela OAS Investimentos S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico que controlava a Companhia. A Linea Amarilla S.A.C., cuja sede está localizada na Av. Camino Real 456, San Isidro, Lima - Peru foi constituída em 6 de outubro de 2009 e tem como objeto social a construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima (Linea Amarilla) nos termos do contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a *Municipalidad Metropolitana de Lima*. A referida concessão tem um prazo de 30 anos. A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 23 de maio de 2014.

**2. Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis abaixo descritas. As demonstrações financeiras da LAMBRA e sua controlada (conjuntamente, "o Grupo") foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa, pelo menos, anualmente suas estimativas e premissas. As normas contábeis demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção da controlada Linea Amarilla S.A.C - LAMSAC, localizada no Peru, cuja moeda funcional é o Novo Sol.

**2.1. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e sua controlada Linea Amarilla S.A.C. (LAMSAC), na qual a participação da Companhia está composta como segue:

	Votante		Total	
	2013	2012	2013	2012
LAMSAC	100%	100%	100%	100%

**Controlada:** Controlada é toda a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre LAMBRA e sua controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A consolidação é feita a partir da data de aquisição da investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre controladora e controlada; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados da empresa consolidada. O período da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na controladora e controlada. Os períodos da controlada incluída na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme.

**2.2. Reconhecimento de receita:** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável: a) **Receita de serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. b) **Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) **Receita de construção:** Adicionalmente, considerando que a Companhia, indiretamente, possui investimento em concessão rodoviária, e que para tal concessão, está sendo registrada receita de construção. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

**2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua. As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$). As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ativos e passivos da

controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média do câmbio no mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Quando da alienação da controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo do Grupo.

**2.5. Investimento em controlada:** Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (ou prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

**2.6. Intangível:** No Consolidado, refere-se ao valor da exploração do direito de concessão da controlada LAMSAC. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**2.7. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2013 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

**2.8. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de sua controlada e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**2.9. Tributação:** A controlada LAMSAC está sujeita ao regime tributário peruano e aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota
Imposto de renda	IR	30% (*)
Imposto geral sobre as vendas	IGV	3,00%
Imposto sobre as transações financeiras	ITF	0,05%

(\*) Sobre os pagamentos de dividendos para beneficiários domiciliados no exterior é exigido um adicional de 4,1%.

Em 30 de dezembro de 2010, a LAMSAC assinou um contrato de investimento com a Prefeitura de Lima "*Municipalidad Metropolitana de Lima*" e com a Agência de promoção de investimentos "*Agencia de Promoción de la Inversión - PROINVERSIÓN*", pelo qual a LAMSAC se compromete a realizar investimentos correspondentes ao Proyecto Linea Amarilla num total de US\$ 386.882 mil em um prazo de 02 anos, nove meses e dois dias. Os investimentos serão realizados de acordo com o cronograma estabelecido no contrato e desta maneira a LAMSAC poderá aderir ao regime de recuperação antecipada do IGV. Os impostos diferidos ativos da controlada são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita de serviços	-	-	134.910	-
Receita de serviços de construção	-	-	294.939	296.241
	-	-	429.849	296.241
Custo dos serviços (Nota 13)	-	-	(10.679)	-
Custo dos serviços de construção	-	-	(294.939)	(296.241)
Lucro bruto	-	-	124.231	-
Despesas gerais e administrativas (Nota 14)	985	-	(52.945)	(8.158)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	4.314	-	4.314
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 7)	38.746	(9.367)	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	39.731	(5.053)	71.286	(3.844)
Receitas financeiras (Nota 15)	75	-	17.954	2.478
Despesas financeiras (Nota 15)	(373)	(1.400)	(32.223)	(8.877)
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	39.433	(6.453)	57.017	(10.243)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5c)	-	-	(17.584)	3.790
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	39.433	(6.453)	39.433	(6.453)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Controladora	
	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	39.433	(6.453)
Outros resultados abrangente	-	-
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos de impostos	39.433	(6.453)
	39.433	(6.453)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	39.433	(6.453)
Outros resultados abrangente	-	-
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras	19.057	25.869
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos de impostos	58.490	19.416
Atribuível a:		
Acionistas controladores	(58.490)	(19.416)
Acionistas não controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais	39.433	(6.453)	57.017	(10.243)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.746)	9.367	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	19.057	25.869
Varição cambial	-	-	4.389	209
Depreciações e amortizações	-	-	-	(41.485)
Participação dos não controladores	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(658)
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:				

# LINEA AMARILLA BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - (LAMBRA)

CNPJ: 11.395.604/0001-09

melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naquelas praticadas no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para manutenção:** A controlada provisiona, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e a controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. **2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** (i) Ativos financeiros: **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. O Grupo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e • O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Grupo, dos dois o menor. (ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para o Grupo. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado. (iii) Passivos financeiros: **Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e

financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. (iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (v) Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **2.14. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.15. Contratos de concessão:** A infraestrutura dentro do alcance do contrato de concessão não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão. **3. Contrato de Concessão:** A Línea Amarilla S.A.C. - LAMSAC detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Línea Amarilla. O contrato de concessão foi assinado em 12 de novembro de 2009 e tem prazo de 30 anos, sendo a concessão outorgada pela *Municipalidad Metropolitana de Lima*, PERU. Nos termos do contrato o prazo de concessão poderá ser renovado por períodos adicionais de até 5 anos e que não excedam a um prazo máximo de 60 anos, desde que não tenham sido aplicadas à LAMSAC, pelo poder concedente, penalidades em um valor superior a US\$ 20.000 e que a LAMSAC assuma novos compromissos de investimento na infraestrutura. Nos termos do contrato a LAMSAC deverá construir, manter e operar a infraestrutura rodoviária do projeto denominado Línea Amarilla, com direito a cobrança de tarifa de pedágio no prazo da concessão. Nos termos do contrato de concessão a LAMSAC deverá: • Retornar ao poder concedente os bens reversíveis, após o término do prazo de concessão; • Explorar e manter a seção 1 do projeto Línea Amarilla; • Construir e explorar a seção 2 do projeto Línea Amarilla; e • Construir em até 24 meses após a conclusão das obras da seção 2 do projeto Línea Amarilla um corredor para tráfego de ônibus urbanos nas áreas da seção 1 do projeto. Estas obras serão transferidas ao poder concedente após concluídas e a Companhia não receberá por estas nenhuma contrapartida do poder concedente. O contrato de concessão estabelece a tarifa inicial a ser cobrada e as regras para ajuste desta tarifa, contudo não assegura nenhum valor fixo ou mínimo a ser recebido pela LAMSAC pela operação da via. Para construção do projeto Línea Amarilla a LAMSAC em 20 de novembro de 2009 e em 24 de agosto de 2010 os contratos *Marco para La Elaboración de Estudios Definitivos de Ingeniería y Construcción de La Obra Inicial Del Proyecto Línea Amarilla* e *Contrato para el Diseño y Ejecución de las Obras Civiles en el sistema vial Via Expressa Línea Amarilla*, respectivamente, ambos com a Consultora OAS, empresa controlada pelo mesmo Grupo econômico da acionista controladora de LAMSAC e da Companhia. Estes contratos possuem um valor total estimado de US\$ 443.052. As obras relacionadas a estes contratos tem prazo de conclusão até 04 (quatro) anos contados a partir da emissão da primeira ordem de serviço.

Investida	Participação em 31/12/13	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2013	Saldos em 31 de dezembro de 2012				Saldos em 31 de dezembro de 2013
			Investimentos	Aporte de capital	Variação Cambial (CTA)	Equivalência patrimonial	
LAMSAC	99,99	248.927.224	249.216	86.799	19.057	38.746	393.818
	%	Ordinárias	249.216	86.799	19.057	38.746	393.818

  

Investida	Participação em 31/12/12	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2012	Saldos em 31 de dezembro de 2011				Saldos em 31 de dezembro de 2012
			Investimentos	Aporte de capital	Variação Cambial (CTA)	Incorporação da cisão	
LAMSAC	99,99	248.927.224	124.455	69.797	25.869	38.462	249.216
	%	Ordinárias	124.455	69.797	25.869	38.462	249.216

**b) Outras informações sobre a controlada (em reais)**

	2013	2012
Ativo total	1.562.907	948.797
Passivo total	1.169.090	699.581
Patrimônio líquido total	393.817	249.216
Capital social	326.529	240.003
Prejuízo acumulado	-	(7.954)
CTA	46.179	25.241

Em 01 de março de 2012, foi aprovada a cisão parcial da Construtora OAS Ltda. no montante de R\$ 34.146, conforme laudo de avaliação elaborado pela IGAFLM Auditores Independentes, e integralização do saldo remanescente a integralizar no montante de R\$ 475. No processo de cisão e consequente aumento de participação da Línea Amarilla Brasil Participações foi apurada uma receita de variação cambial de R\$ 4.316.

**8. Intangível (consolidado)**

	Saldo em 2012	Adições	Amortização	Saldo em 2013
Custo				
Concessão LAMSAC	668.257	382.589	(2.407)	1.048.439
Software	1.360	5.066	(457)	5.969
Total	669.617	387.655	(2.864)	1.054.408
	Saldo em 2011	Adições	Saldo em 2012	
Custo				
Concessão LAMSAC	368.835	299.422	668.257	
Software	-	1.360	1.360	
Total	368.835	300.782	669.617	

**9. Concessão de serviço público**

	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Outorga principal LAMSAC	173.842	96.707

Como parte das obrigações contratuais assumidas pela LAMSAC no momento da assinatura do contrato de concessão, a empresa está obrigada a construir, no prazo de 24 meses um corredor de ônibus nas áreas da seção 1 do projeto. Esse corredor será transferido ao Poder Concedente após a conclusão da obra, sem receber qualquer contraprestação. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da provisão para cumprimento da obrigação contratual com a Prefeitura Metropolitana de Lima é de R\$ 173.842 (R\$ 96.707, em 31 de dezembro de 2012), considerado suficiente, pela LAMSAC, para cobrir os custos com a construção do mencionado corredor.

**4. Caixa e equivalentes de Caixa e aplicação financeira**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante	-	138	24.815	14.879
Caixa e bancos	-	138	24.815	14.879
Total de caixa e equivalentes de caixa	-	138	24.815	14.879
Certificado de depósitos bancários - CDB	505	-	427.544	219.422
Total de aplicação financeira	505	-	427.544	219.422
Circulante	505	-	427.544	-
Não circulante	-	-	-	219.422

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa estão mantidos em contas correntes bancárias, se encontram depositados em bancos locais e não geram quaisquer correções ou juros. As aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante referem-se a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 2,75% a.m. e 3,30% a.m.. Tais valores estão bloqueados como meio de pagamento e garantia das obrigações provenientes da construção e operação do projeto (CAPEX).

**5. Impostos, taxas e contribuições:** a) **Impostos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
IRRF	5	6	5	6
IGV (Peru)	-	-	25.702	19.172
ISC (Peru)	-	-	-	23
Outros	-	-	2.255	-
Circulante	5	6	27.962	19.201
IGV (Peru)	-	-	-	4.973
Outros	-	-	-	47
Não circulante	-	-	-	5.020

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, ao crédito fiscal do imposto geral sobre vendas (IGV Peru) e o imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (consolidado):** A LAMSAC, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	Consolidado		Fundamento para realização
	2013	2012	
Prejuízo fiscal	2.592	7.757	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
	2.592	7.757	

Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, estima-se recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios. c) **Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício**

	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Lucro líquido (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	57.017	(10.243)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	30%	30%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(17.105)	3.073
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício		
Adição (exclusão) de bases fiscais negativas	(479)	717
Total dos impostos diferidos no resultado	(17.584)	3.790

**6. Terrenos adquiridos e contas a pagar Municipalidade Metropolitana Lima:**

A cláusula 5.47 do contrato de concessão estabelece que a empresa poderá colaborar, sem que essa colaboração resulte na assunção de nenhuma obrigação ou responsabilidade, na realização de ações relacionadas com o processo de liberação das áreas compreendidas dentro do processo de concessão, com o objetivo de facilitar e dar celeridade a sua liberação. No exercício do poder contratual de colaboração mencionado, a empresa celebrou com os possesórios de algumas terras situadas nas áreas abrangidas pelo contrato de concessão, contratos de compensação econômica pela desocupação da área e entrega da posse. Nos moldes desses processos, os possesórios aceitaram voluntariamente desocupar os prédios e transferir de forma temporária a posse dessas áreas para a companhia, mediante uma compensação econômica, que consiste na obtenção da propriedade de imóveis, que foram construídos pela Companhia para a Municipalidade Metropolitana de Lima (MML), em cumprimento do Compromisso Financeiro assumido pela companhia perante a MML, de acordo com a cláusula 5.43 do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2011, a empresa assinou 45 contratos de compensação com os possesórios de 45 terras na área de concessão e em nome do MML emitiu a correspondente compensação financeira através da entrega dos imóveis. Na medida em que os 45 terrenos adquiridos pela companhia empresa foram finalmente transferido para a MML, entidade que detém toda a área da concessão, a companhia registrou o justo valor dos ativos adquiridos por R\$ 2.556 sob o título "terrenos adquiridos" e reconheceu um passivo com a MML no mesmo valor na conta "Contas a Pagar a Municipalidade Metropolitana de Lima". Em 31 de dezembro de 2013 não houve adições. A variação identificada refere-se a variação cambial da conversão.

**7. Investimentos (Controladora):** a) **Informações sobre os investimentos da controladora:** A participação na controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial, foi apurada de acordo com o balanço patrimonial da respectiva investida como evidenciado no quadro abaixo:

	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Saldos em 31 de dezembro de 2013
Investida	Participação em 31/12/12	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2012
LAMSAC	99,99	248.927.224
	%	Ordinárias
	99,99	248.927.224

**10. Partes relacionadas:** As operações entre quaisquer das partes relacionadas com a Línea Amarilla Brasil, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Em relação aos mútuos realizados entre controladora e suas partes relacionadas, bem como, das partes relacionadas (controladas) entre si, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos de administração. Para a construção do Projeto Línea Amarilla, a LAMSAC, em 20 de novembro de 2009 e 24 de agosto de 2010, respectivamente, assinou com a Construtora OAS Ltda., empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, os contratos denominados "Marco para a Elaboração de Estudos Definitivos de Engenharia e Construção da Obra Inicial do Projeto Línea Amarilla" e "Contrato para o Desenho e Execução das Obras Civis no Sistema Viário Via Expressa Línea Amarilla". Em ambos os contratos foi estabelecido um cronograma mensal de pagamentos (adiantamentos ao construtor) que posteriormente serão compensados à medida do avanço físico da obra. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo a receber (classificado no intangível) é de R\$ 131.080 (R\$ 211.571 em 2012) e a pagar é de R\$ 19.083 (R\$ 23.568 em 2012).

	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Construtora OAS Sucursal Peru	19.083	23.567
Lamsa	240	-
Invepar	1.812	-
Outros	32	-
Passivo Circulante	21.167	23.567
Passivo Circulante	19.479	23.567
Passivo Não Circulante	1.688	-

# LINEA AMARILLA BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - (LAMBRA)

CNPJ: 11.395.604/0001-09

## 11. Empréstimos e financiamentos

	2013	2012
Notas de dívida (a)	986.575	609.877
Empréstimo sindicalizado (b)	5.360	5.127
Custo de estruturação da dívida (b)	(51.345)	(44.814)
	<u>940.590</u>	<u>570.190</u>
Circulante	-	-
Não circulante	940.590	570.190

(a) Em junho de 2012, a Companhia realizou uma oferta privada de Notas promissórias da dívida externa ("Notas"), com a participação do Citibank NA e Citibank del Peru SA, para serem vendidas fora dos Estados Unidos a pessoas que não são cidadãos dos EUA, de acordo com o Regulamento S do "Security Act" dos Estados Unidos da América. Em ambas as séries, os juros serão pagos semestralmente com início em 30 de dezembro de 2012. O principal, em ambas as séries, começará a ser pago em 2016. (b) A Companhia obteve um empréstimo sindicalizado com prazo de 10 anos a partir do Banco Internacional del Peru SAA e Banco de Crédito del Peru, tendo uma taxa de juros anual de 8,75% e vencimento em junho de 2022. Em junho de 2012, a Companhia recebeu o primeiro desembolso desses empréstimos. As notas e o empréstimo sindicalizado são garantidos pela Companhia da seguinte forma: (i) Ações do capital social da Companhia; (ii) Os ativos da Companhia e de (iii) Depósitos em contas correntes; (c) Refere-se ao custo efetivo do financiamento obtido pela empresa em 2013 e 2012. É composto principalmente por desembolsos para instituições financeiras, pagamento de honorários advocatícios, pagamentos de comissões de estruturação de uma relação de confiança aos bancos e os desembolsos outras consultorias relacionados com o financiamento.

**12. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 213.841, representado por 213.841.521 ações, sendo que todas as ações são ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 301.421 representado por 301.421.521 ações, sendo que todas as ações são ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. Em 2013 foi destinado como dividendo mínimo obrigatório o montante de R\$ 6.463. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	2013
Lucro líquido do exercício	39.433
Absorção de prejuízo acumulado	(12.220)
	<u>27.213</u>
Constituição de reserva legal (5%)	(1.361)
Base para determinação do dividendo mínimo obrigatório (25%)	25.852
Dividendos a pagar	6.463

b) **Alterações no capital social.** Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 109.970, representado por 109.969.847 ações, sendo que todas as ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 474.161 ações a integralizar. Em 01 de março de 2012, ocorreu a integralização do saldo de capital social a integralizar (R\$ 475), mediante a capitalização de parte do AFAC realizado pela OAS S.A. Em 01 de março de 2012, a Construtora OAS Ltda detentora de 25% do investimento da Lamsac Peru, através de uma cisão parcial protocolada na Junta Comercial de São Paulo (JUCESP) transferiu 24,99% do acervo líquido para a Linha Amarela Brasil Participações S.A., que passou a ser detentora de 99,99% do patrimônio líquido da Lamsac Peru. Ainda em 01 de março de 2012, ocorreu aumento de capital social no valor de R\$ 33.671 mediante a emissão de 33.670.674 ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas pela única acionista, OAS Participações e integralizadas mediante a capitalização do crédito remanescente de AFAC. Em 02 de março de 2012, a Linha Amarela Brasil Participações S.A. teve 100% do seu patrimônio líquido aportado na empresa V.P.R. Brasil Participações S.A. Em 21 de março de 2012, a Invepar passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR") com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da VPR. Em 06 de dezembro de 2012, ocorreu o aumento de capital no valor de R\$ 70.200, mediante a emissão de 70.200.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela acionista Investimentos e Participações em Infraestrutura

- INVEPAR. Em 05 de junho de 2013 ocorreu o aumento de capital no valor de R\$ 87.580, mediante a emissão de 87.580.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela acionista Investimentos e Participações em Infraestrutura - INVEPAR. c) Reserva legal. A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Parte do prejuízo apurado em 2012 foi absorvido por esta reserva. Em 2013, foi destinado o montante de R\$ 1.361 para a reserva legal.

## 13. Custos de serviços

	Consolidado
	2013
Pessoal e encargos	2.737
Conservação e manutenção	2.212
Operacionais gerais e administrativas	5.502
Depreciação e amortização	228
	<u>10.679</u>

Em 2012 não houve custos de serviços pois a Companhia não estava em operação.

## 14. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	2013	2012
Pessoal e encargos	23.424	3.747	
Operacionais gerais e administrativas	25.360	4.202	
Depreciação e amortização	4.161	209	
	<u>52.945</u>	<u>8.158</u>	

## 15. Resultado financeiro

	Consolidado	2013	2012
Receitas financeiras			
Variação cambial ativa	16.376	-	
Juros sobre aplicações financeiras	75	33	
Juros ativos	1.503	-	
Descontos obtidos	-	2.445	
Total receitas financeiras	17.954	2.478	
Comissões e despesas bancárias	(1.117)	(1.221)	
Juros passivos	-	(1.877)	
Variação monetária passiva	-	(2.176)	
Variações cambiais passivas	(29.269)	-	
Ajuste a valor presente	(1.465)	(3.338)	
Outros	(372)	(265)	
Total despesas financeiras	(32.223)	(8.877)	
Total resultado financeiro	(14.269)	(6.399)	

**16. Instrumentos financeiros.** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2013 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos financeiros	2013			2012		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	24.815	-	24.815	14.879	-	14.879
Aplicação financeira	427.544	-	427.544	219.422	-	219.422
Valores a receber	-	4.778	4.778	-	462	462
Total do ativo	452.359	4.778	457.137	234.301	462	234.763
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	940.590	-	940.590	-	570.190	570.190
Obrigações com Poderes Concedentes	173.842	-	173.842	-	96.707	96.707
Total do passivo	1.114.432	-	1.114.432	-	666.897	666.897

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo). As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) **Crêditos, premissas e limitações** utilizadas no cálculo dos valores de mercado. Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: • Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras. Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. b) **Exposição a riscos de taxas de juros.** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. c) **Concentração de risco de crédito** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) **Risco de taxa de câmbio.** Risco de taxa de câmbio é o risco de alteração do valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro em função das flutuações nas taxas de câmbio. A exposição da controlada LAMSAC às taxas de câmbio diz respeito essencialmente aos empréstimos a pagar à empresa vinculada. e) **Operação de derivativos.** A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. f) **Gestão do capital.** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	940.590	570.190
Caixa e equivalentes de caixa	(24.815)	(14.879)
Aplicações financeiras	(427.544)	(219.422)
Dívida líquida	488.231	335.889
Patrimônio líquido	387.831	248.224
Patrimônio líquido e dívida líquida	876.062	584.113

g) **Risco de liquidez.** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

**17. Seguros.** A administração do Grupo tem políticas de contratação de seguros para suas operações e/ou ativos relevantes existentes cobrindo riscos de natureza civil e outros que possam afetar suas operações. O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não cobre os critérios, riscos e ou contratos de seguros e suas garantias na data das Demonstrações Financeiras.

## A Administração

Contador: Leandro Ferreira Gonçalves - CRCRJ - 105435/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Linha Amarela Brasil Participações S.A.** São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Linha Amarela Brasil Participações S.A. - LAMBRA** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 2. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Linha Amarela Brasil Participações S.A. - LAMBRA**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 2. **Outros assuntos. Práticas contábeis e restrição de distribuição.** Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2, que descreve as práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras, que foram preparadas para permitir a Administração o cumprimento de determinadas exigências contratuais, não devendo ser utilizada para outros propósitos.



Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014.  
ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6

Gláucio Dutra da Silva  
Contador  
CRC - 1RJ 090.174/O-4-S-SP